



Cabe ao Estado fazer mapa, diz IBGE

André Moreira

Estabelecidos os limites entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão, a estimativa é de que 30 mil pessoas de uma faixa territorial constante de áreas dos Povoados Areia Branca e São José, além dos Bairros Santa Maria e Jabutiana, sejam atingidas no caso de uma decisão favorável à cidade histórica na resolução de uma querela jurídica em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Na busca por dirimir dúvidas sobre o assunto, representantes da Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão de Aracaju (Faze) se reuniram na manhã de ontem, 26, com a gerente da unidade do IBGE em Sergipe, Adriana Almeida, na sede do instituto.

Na ocasião, a gerente do IBGE explicou que não existe um mapa recente sobre as zonas limítrofes entre os dois municípios, sendo o mapeamento de responsabilidade do Governo do Estado. “Essa demarcação deve ser feita pelo governo estadual e não pelo IBGE. A este cabe estimar a população que será atingida caso seja estabelecido o limite e passe a população a



FRENTE em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju questiona limites

ser considerada de São Cristóvão. Hoje, a divisão segue o que está previsto na Constituição Federal de 88, ou seja, o curso do Rio Vaza Barris. Ao traçar uma linha imaginária, parte dos Povoados Areia Branca e São José, assim como dos Bairros Santa Maria e Jabutiana sejam integrados a São Cristóvão.

Não se trata de toda a área da Zona de Expansão. Hoje, a estimativa é de que 30 mil sejam atingidas”, destacou Adriana Almeida.

Satisfeito com os esclarecimentos prestados pela gerente do IBGE em Sergipe, o coordenador da Faze, José Firmo dos Santos, disse que irá buscar os órgãos compe-

tentes para que sejam demarcadas as áreas limites dos municípios. “É preciso que se redefina o solo pertencente a cada município. Com as explicações que nos foi dada, agora vamos junto ao governo buscar a definição dessas marcas, cuja referência que temos é de área após o Rio Vaza Barris até o Mondé da Onça, no Bairro Jabutiana”, explicou.

Ainda no encontro, o representante de Faze apresentou dois mapas da área, sendo o mais recente elaborado pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb). “Ainda não é um mapeamento conclusivo, mas que aponta a linha traçada conforme a Lei Estadual 554/54, a qual, colocada em prática, integra parte da Zona de Expansão ao município de São Cristóvão. E ainda que não se tenha uma área territorial definida que poderá ser atingida, a suposição é de corresponda a apenas um quarto da Zona de Expansão. Porém, isso ainda não pode ser definido, pois não há a demarcação”, disse José Firmo.

Frente da Zona de Expansão tem ajuda negada

Os integrantes da Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (Faze) pediram aos vereadores da capital que acompanhem uma comissão de moradores ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro, e no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para verem de perto como está a tramitação do processo que vai definir se a Zona de Expansão ficará com São Cristóvão ou Aracaju. A solicitação foi feita durante sessão na Câmara Municipal e, segundo José Firmo dos Santos, um dos coordenadores da Faze, nada definiu a respeito do assunto.

O pedido de acompanhamento dos vereadores ao Rio e a Brasília junto com os moradores foi negado pelo presidente da Câmara, Vinicius Porto, porque, segundo ele, a Casa é proibida de fazer esse tipo de despesa. Não foi cogitada na sessão a possibilidade dos vereado-

res bancarem as próprias despesas para sair em defesa da população da Zona de Expansão. De acordo com Firmo, a Faze ainda fará novas avaliações a respeito do tema. “O debate foi importante, a presença de vereadores, mas de concreto não foi nada definido. A não ser a sugestão de se fazer uma sessão da Câmara na Zona de Expansão”, completou José Firmo.

A querela jurídica entre Aracaju e São Cristóvão pela Zona de Expansão está longe de terminar. Enquanto o processo tramita no STF, discussões antigas são relembradas. O deputado estadual Garibaldi Mendonça, por exemplo, lembrou que em 1998, entrou com um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) dando clareza aos limites da área, pois antes disso ninguém sabia a quem pertencia a região. E foi justamente nessa época, que o então prefeito de São Cristóvão,

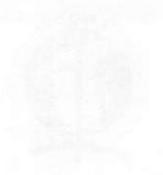
Armando Batalha, e o de Aracaju, João Augusto Gama, assinaram no Ministério Público Estadual (MPE) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde Batalha abre mão da área, deixando-a para Aracaju.

“Na época, Batalha passou tudo para o município, inclusive a Escola José Carlos Teixeira. Na ocasião, a região era habitada por pessoas muito pobre e maioria era isento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)”, lembra o deputado. Hoje, no entanto, depois dos benefícios, com a chegada de novos empreendimentos e construção da Orla Por do Sol, a área passou a ser valorizada.

Garibaldi Mendonça lembra que foi depois da promulgação da PEC, pelo então governador Albano Franco, e da assinatura do TAC, que a Prefeitura Municipal de Aracaju passou a fazer

investimentos na área. “Ele (Armando Batalha) agora quer de volta a área”, observou Garibaldi Mendonça, ao lembrar que em 1998, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez um levantamento e chegou a conclusão que a área questionada pertence a Aracaju. O parlamentar frisou que, numa determinada época, alguns empresários, insatisfeitos com o valor dos impostos, entraram na Justiça e tiveram ganhos pontuais.

Os moradores também foram à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando fizeram um relato do assunto e entregaram documentos. A OAB ficou de designar uma comissão para fazer análise e tomarão providências que forem necessárias. O presidente da OAB, Carlos Augusto Nascimento, estima que dentro de um mês a comissão deverá se pronunciar sobre o assunto.



ESTADO ESPAÑOL
 REPUBLICA FEDERAL DE ESPAÑA
 MINISTERIO DE EDUCACION

Escuelas fechadas

Las escuelas de España se han cerrado por la crisis económica. Los padres se quejan de la falta de recursos y de la mala calidad de la educación. El gobierno ha prometido tomar medidas para mejorar la situación.

En las escuelas se han detectado problemas de infraestructura y falta de personal docente. Se necesitan más recursos para garantizar una educación de calidad para todos los estudiantes.

Los sindicatos de profesores exigen mejoras salariales y condiciones laborales. La huelga de profesores ha afectado a miles de alumnos en todo el país.

El futuro de la educación en España depende de las decisiones que se tomen en los próximos meses. Se necesita un compromiso firme de todos los sectores de la sociedad.

